



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/11/2024 a 30/11/2024

Assunto: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/10

188.2024	Sessão Ordinária - CD	05/11/2024-16:08
Publ.: DCD - 11/6/2024 - Tadeu Veneri-PT -PR		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou preocupação em relação ao Projeto de Lei nº 175, de 2024, que está em pauta para votação. Destacou que o projeto, ao prever maior transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares, pode trazer dificuldades de financiamento para universidades e institutos federais, uma vez que, na forma atual, esses recursos não estão assegurados para 2024 e 2025. Também mencionou a aprovação, pela Comissão de Educação, de uma sugestão de alteração no projeto para permitir que universidades possam receber emendas coletivas, e espera que o relator considere essa modificação para evitar prejuízos à educação superior pública. Ressaltou a importância de pautar o Projeto de lei complementar nº 21, de 2023, conhecido como "Descongela Já", de autoria da Deputada Professora Luciene Cavalcante, que visa permitir que servidores públicos possam receber progressões, promoções e quinquênios pelos 19 meses de trabalho durante a pandemia.

O SR. TADEU VENERI (Bloco/PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós iremos votar hoje — e acredito que votaremos hoje, Deputado Joseildo — o Projeto de Lei nº 175, de 2024, justamente esse que, por várias vezes, Deputados e Deputadas se revezaram na tribuna para falar a respeito das emendas.

No entanto, eu só quero colocar aqui uma preocupação: ele não se refere só ao ano de 2025, caso não haja uma solução, o que o STF propõe, de transparência, de rastreabilidade e de tudo aquilo que está sendo dito, mas também ao ano de 2024, com o ano-base 2023, em que Deputados e Deputadas não terão condições de ver as suas emendas pagas. Isso poderá trazer um grande prejuízo, Sr. Presidente, para as universidades de cursos superiores que já estão, muitas vezes, com recursos empenhados ou esperando os recursos para serem usados, mas que não poderão ser usados.

Hoje a Comissão de Educação, por unanimidade, entendeu que é preciso fazer — e não tenho a menor dúvida de que o Relator vai acatar isto — uma modificação no PL 175/24, para que se possa receber emendas e colocar o ensino superior também como possível de receber emendas coletivas, porque,



se assim não acontecer, Sr. Presidente, o prejuízo será imenso. Não tem como não repassar recursos para as universidades, não tem como não repassar recursos para os institutos federais.

Então, parece-me que este é um projeto necessário, mas é preciso também que tenhamos a possibilidade, a discricionariedade para que as universidades recebam recursos. Se permanecer do jeito que está o projeto, elas não receberão recursos das emendas coletivas.

Sr. Presidente, nós estamos falando também de servidores públicos, principalmente, de universidades públicas, que já vêm há muito tempo lutando para que seja votado nesta Câmara o Projeto Descongela Já. A Deputada Professora Luciene Cavalcante é a autora desse projeto. Eu e outros Deputados e Deputadas apresentamos projetos no mesmo sentido. Durante os 19 meses da pandemia, esses servidores tiveram congelado o tempo de trabalho, com exceção dos servidores da saúde e da segurança pública. São centenas de milhares de servidores nas Prefeituras, nos Estados e na União que não podem receber progressão, promoção, quinquênio, como se não tivessem trabalhado naqueles 19 meses. Esse projeto já passou em todas as Comissões, só está aguardando que o Presidente, seja este Presidente, seja o próximo — e esperamos que seja o Presidente Lira — o coloque em pauta para que possamos aprová-lo.

Lembro, Sr. Presidente, que o Descongela, como ficou conhecido esse movimento, não significa fazer pagamentos, até porque não há nem autorização para que sejam feitas as promoções. Ele só permite que Prefeituras, Estados e Municípios façam as promoções.

Então, espero que nós votemos esse projeto e que seja feita justiça a todos os servidores públicos, tanto da União quanto dos Estados e Municípios.

Sr. Presidente, eu lhe peço que este pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 2/10

188.2024	Sessão Ordinária - CD	05/11/2024-16:20
Publ.: DCD - 11/6/2024 -	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou preocupação com a situação econômica e de saúde no Brasil sob o Governo Lula. Mencionou o aumento do preço do gás e a alta do dólar, fatores que agravam a crise no País. Criticou a gestão da Ministra Nísia



Trindade, especialmente em relação ao aumento expressivo de mortes por dengue, que supera as mortes por COVID-19. Enfatizou que o Brasil enfrenta tempos difíceis, destacando a gravidade da situação e sua insatisfação com as ações do Governo.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero alertar o Parlamento brasileiro para as dificuldades que o Brasil está enfrentando no Governo Lula: o preço do gás vai aumentar; o dólar disparou, mesmo sem a pandemia. Trata-se de uma situação difícil, sobretudo com relação à saúde.

A Ministra Nísia Trindade está batendo cabeça no Ministério por causa de uma doença conhecida tradicionalmente da população brasileira, da comunidade científica e da classe médica. Morreu mais gente por dengue do que pela COVID-19. A situação é gravíssima. O Brasil bate recordes, e a Ministra da Saúde fica batendo cabeça, enquanto o Governo Lula prejudica a população brasileira.

Dias difíceis nosso Brasil está enfrentando.

Muito obrigado.

Documento 3/10

188.2024	Sessão Ordinária - CD	05/11/2024-16:28
Publ.: DCD - 11/6/2024 -	Coronel Chrisóstomo-PL -RO	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Governo Federal pela incineração de 11 milhões de vacinas contra a Coronavírus, afirmando que, caso tal medida tivesse sido realizada na gestão anterior, haveria grande repercussão. Também insinuou que o Governo não estaria gerindo adequadamente os recursos destinados ao combate à pandemia.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu fico assistindo aos jornais e imaginando como este Governo está. O Ministério Público Federal olha com desconfiança para a atuação deste Governo com relação à COVID-19. Aliás, eles estão, segundo sabemos, querendo investigar o que o Governo desse barbudinho mentiroso está fazendo para cuidar do povo que contrai a COVID-19. Ontem incineraram 11 milhões



de vacinas contra a COVID-19.

Eu posso chamar esse barbudinho mentiroso de genocida?

Que vergonha este Governo mandar incinerar 11 milhões de vacinas contra a COVID-19! Se fosse o Presidente Bolsonaro, meu Deus do céu, estariam todos enlouquecidos.

Eles só arrebentam o Brasil! Só estragam nossa Nação! Vou chamá-lo de genocida também.

Que vergonha!

Documento 4/10

188.2024	Sessão Ordinária - CD	05/11/2024-22:31
Publ.: DCD - 11/6/2024 -	Roberto Duarte-REPUBLICANOS -AC	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a gestão da saúde do Governo Lula, destacando falhas na aquisição e distribuição de vacinas, insuficiência na testagem e falta de transparência nos dados sobre a Covid-19. Apontou que o Ministério Público Federal (MPF) abriu apuração preliminar por indícios de omissão no combate à Covid, incluindo prejuízos pela perda de vacinas vencidas e atrasos na entrega de imunizantes. Comparou a atual administração com o Governo anterior, ressaltando que, enquanto o último garantiu vacinas a todos os que desejassem, a gestão atual seria marcada por incompetência e desorganização. Cobrou responsabilidade do Ministério da Saúde e imparcialidade do MPF nas investigações.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DUARTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, venho a esta tribuna hoje para falar, mais uma vez, sobre a péssima gestão da saúde do governo do Sr. Lula da Silva.



Ontem a imprensa noticiou que o MPF (Ministério Público Federal) abriu apuração preliminar após levantar indícios de omissão do governo Lula (PT) no combate à Covid.

Segundo a Procuradoria da República no Distrito Federal, o Ministério da Saúde falhou na busca por vacinas atualizadas, deixou vencer milhões de imunizantes e realizou um número "inexpressivo" de testes de diagnóstico.

Curiosamente, esta apuração surgiu durante um procedimento para avaliar as ações do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ao perceber as omissões do atual governo O MPF distribuiu uma notícia de fato — apuração preliminar que pode, mais tarde, resultar em novo inquérito— para avaliar a estratégia adotada pela equipe de Nísia Trindade contra o vírus da Covid.

A verdade é que a gestão da Sra. Nísia Trindade é caótica em todos os níveis. Há falhas na aquisição e distribuição de vacinas atualizadas, a política de testagem praticamente inexistente, assim como a comunicação com a população e com os profissionais de saúde. De igual modo, o Ministério da Saúde se omite sobre o tratamento e prevenção da Covid Longa.

O Ministério da Saúde se comprometeu a entregar 70 milhões de doses atualizadas da vacina em 2024. Estamos em novembro e o órgão só fechou contrato para 12.5 milhões de vacinas da Moderna, e, desse montante, mais de 4 milhões de doses ficaram travadas no estoque pelo fim da validade, obrigando o ministério a aguardar a troca, por parte da farmacêutica, dos lotes por outros ainda válidos.

Vários estados ficaram sem vacinas da Covid nas últimas semanas, especialmente do modelo que pode ser aplicado em menores de 12 anos. O Rio Grande do Sul, por exemplo, não recebia imunizantes para crianças desde junho.

Agora, o Ministério da Saúde corre para regularizar a entrega



de doses a alguns estados. A pasta também afirma que finalizou o registro de preços para compras de até 69 milhões de doses, mas os contratos com as empresas que venceram o pregão ainda não foram assinados.

É importante lembrar que em 2023, o governo perdeu ao menos 80% de um lote de 10 milhões de unidades da Coronavac, compradas tardiamente no fim do ano, o que causou prejuízo superior a R\$ 260 milhões. O contrato da Coronavac e a perda de doses da vacina da Moderna adquiridas em 2024 são citados na decisão do MPF de aprofundar apurações sobre a atual gestão da Saúde.

Em sua defesa, os gestores da saúde afirmam que a culpa da falta de vacinas é do grupo que não quer se vacinar. Para essa afirmação fazer algum sentido seria necessária uma ginástica argumentativa impossível de ser feita. As pessoas que não querem se vacinar simplesmente não comparecem aos postos de vacinação e não demandam a vacina. A responsabilidade é da incapacidade dos atuais gestores do Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde segue sem publicações atualizadas com dados fidedignos acerca do número de casos, internações e óbitos por Sars-Cov-2 2 ou sobre as variantes atualmente em circulação, em razão da inexpressiva quantidade de testes realizados no país. Essa falta de testagem seria responsabilidade dos grupos que não se vacinam?

A realidade é que o Sr. Lula se elegeu acusando Jair Bolsonaro de negacionista e genocida, enquanto a realidade era completamente outra. O governo anterior promoveu a compra de vacinas para quem quisesse se imunizar, garantindo, por outro lado, o direito daqueles que não desejavam fazer uso do imunizante. O governo Lula, por seu turno, não testa, não divulga dados precisos da contaminação e não consegue comprar e distribuir as vacinas. O Sr. Lula e a ministra Nísia tem demonstrado



incompetência completa para lidar com a saúde pública no país.

Espero que o MPF se conduza com imparcialidade e apure todas as responsabilidades, punindo aqueles que prevaricam na saúde pública brasileira.

Era o que tinha a dizer. Solicito que meu pronunciamento seja difundido na Voz do Brasil e demais órgãos de comunicação desta Casa.

Documento 5/10

6.2024.B	Sessão Ordinária - CD	07/11/2024-14:24
Publ.: DCD - 11/8/2024 -	Loïc Hervé--- ---	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

O Vice-Presidente da Câmara Alta do Parlamento da França discursou na 1ª Sessão de Trabalho da 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamntos do G20, com o tema A contribuição dos Parlamntos no combate à fome, à pobreza e à desigualdade. Alertou para o agravamento da fome global, exacerbada pela pandemia de COVID-19 e conflitos como o da Ucrânia, destacando a importância da soberania e segurança alimentar. Ressaltou que o combate à desnutrição exige acesso a uma alimentação equilibrada e sustentável, envolvendo políticas que promovam sistemas agrícolas resilientes e gestão responsável de recursos. Destacou o papel do Parlamento Francês na ratificação de instrumentos internacionais, como a Convenção Internacional de Assistência Alimentar, e na formulação de leis que melhoram o financiamento e a distribuição de alimentos. Apontou avanços recentes, como a inclusão de produtos saudáveis na alimentação infantil desde 2024, reforçando a conexão entre o desenvolvimento agrícola e o combate à desigualdade. Enfatizou que os Parlamntos possuem um papel central na alocação de recursos e na fiscalização de políticas para enfrentar a insegurança alimentar.

O SR. LOÏC HERVÉ (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Obrigado.

Sr. Presidente, colegas, o número de pessoas que passa fome no mundo aumenta. E esse crescimento não vai parar. A pandemia da COVID-19 e muitos conflitos que têm acontecido na Ucrânia tornaram a situação ainda pior. Sem dúvida, a produção agrícola tem a capacidade de garantir aos Estados a



soberania alimentar e a autonomia nesta crise muito séria. Situações muito extremas têm trazido danos à agricultura, insegurança e problemas para a soberania alimentar e efeitos negativos no clima.

Precisamos encontrar soluções rápidas para a agricultura nesse contexto. A alimentação não é só uma questão de quantidade, mas, também, de qualidade. Lutar contra a desnutrição tem a ver com uma dieta balanceada. Muitas pessoas não têm uma alimentação adequada, um problema que vem da desigualdade e da pobreza.

A segurança alimentar é uma política externa prioritária da França, uma das áreas em desenvolvimento por meio de ações com países da União Europeia. Em cooperação bilateral com alguns países, também em cooperação multilateral, buscamos o apoio da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação — FAO. Temos tido um aumento considerável desse apoio ao longo dos anos para combater a insegurança alimentar.

Nós buscamos implementar nossas políticas para o desenvolvimento da agricultura e melhora da nutrição. Essa estratégia tem muitos objetivos para fortalecer a alimentação na França, dando apoio às pessoas mais vulneráveis, às crianças. Outro objetivo importante é encorajar o desenvolvimento de sistemas de agricultura sustentáveis. Isso envolve melhorar o emprego e favorecer o desenvolvimento da agricultura e a gestão de recursos sustentáveis. Desde janeiro de 2024, temos o cuidado de incluir produtos saudáveis na alimentação das crianças e de apoiar a agricultura nesse sentido.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que são os Parlamentos que ratificam os instrumentos internacionais, que engajam os Estados e os incitam a agir. A ratificação pelo Parlamento francês, em 2017, da Convenção Internacional Relativa à Assistência Alimentar, por exemplo, reforçou o financiamento fornecido a esse título. Depois, os Parlamentares são responsáveis por examinar e votar as leis, como as leis francesas, em 2014 e em 2021, sobre a ajuda ao desenvolvimento, melhorando o arcabouço para a ação política. Os Parlamentares também examinam e votam os recursos alocados para o desenvolvimento e controlam a ação das agências que vão implementá-la. Temos desenvolvido políticas na França, com propostas como, por exemplo, a coordenação de instrumentos para melhorar a distribuição de alimentos em nosso país.

Os Parlamentos têm espaço para estratégias e recursos necessários para melhorar os investimentos em escala global. Essa é a nossa responsabilidade.

Muito obrigado.



Publ.: DCD - 11/8/2024 -

Annelie Lotriet--- ---

HOMENAGEM

HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

A Vice-Presidente da Assembleia Nacional da África do Sul discursou na 1ª Sessão de Trabalho da 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamntos do G20, com o tema A contribuição dos Parlamntos no combate à fome, à pobreza e à desigualdade. Abordou os desafios globais no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destacando o impacto dos conflitos e da pandemia que agravaram a crise humanitária e retrocederam os avanços na redução da pobreza. Enfatizou a importância da colaboração internacional, especialmente do G20, para oferecer assistência, reconstruir infraestruturas e apoiar as nações afetadas pelas crises. Também destacou a segurança alimentar como prioridade, com iniciativas da África do Sul, como a isenção de IVA sobre alimentos e o Plano Diretor de Agricultura, promovendo o crescimento inclusivo e a segurança alimentar.

A SRA. ANNELIE LOTRIET (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Prezados Presidentes e colegas, muitos desafios causados por conflitos violentos e tensões geopolíticas e a recuperação da pandemia de COVID-19 têm dificultado o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em 2024, o Índice de Pobreza Multidimensional revela que, dos 6,3 bilhões de indivíduos no mundo inteiro, 1,1 bilhão está vivendo uma pobreza multidimensional severa, e metade dessas pessoas são crianças. Muitos carecem de habitação, saneamento, eletricidade, gás de cozinha, nutrição e frequência à escola. O progresso na redução da pobreza retrocedeu por causa de conflitos que se intensificaram nos últimos anos, levando milhões de pessoas a crises humanitárias.

De acordo com o Índice Global da Paz de 2024, 97 países viveram um declínio na paz, os maiores números desde que o índice foi criado, em 2008.

Essas descobertas exigem uma ação global urgente para priorizar os cenários afetados por conflitos, a fim de garantir que ninguém seja deixado para trás na busca pela erradicação da pobreza. Elas também implicam a necessidade de esforços sérios e sustentados para evitar que mais conflitos destruam infraestruturas cruciais, consequentemente revertendo o progresso e aumentando o custo do desenvolvimento.

O G20 deve colaborar com a comunidade internacional, notadamente com as Nações Unidas, para oferecer assistência personalizada, reconstruir sistemas interrompidos e estabelecer caminhos para aqueles significativamente afetados por conflitos.



Em relação à segurança alimentar, dou boas-vindas à Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, que será lançada oficialmente enquanto o Brasil preside o G20, na Cúpula dos Líderes do G20, no Rio de Janeiro, no final deste mês. Essa aliança representa um passo crítico para promover a solidariedade e a ação coordenada entre os membros do G20 e outros no enfrentamento das questões prementes da fome e da pobreza em escala global.

Os Paramentos do G20 terão contribuições importantes a fazer por meio de sua atuação como legisladores, da supervisão e de mandatos apropriados para tornar essa aliança verdadeiramente impactante.

Prezados Presidentes e colegas, na África do Sul, a segurança alimentar e nutricional é um direito constitucional. Várias iniciativas foram implementadas para garantir que as pessoas tenham alimentos nutritivos o suficiente para comer. Isso inclui o subsídio de pensão alimentícia, os programas de alimentação escolar e os programas de apoio aos agricultores.

Além disso, a bolsa Social Relief of Distress — SRD, introduzida pelo governo no início da pandemia da COVID-19, teve um impacto positivo significativo na pobreza alimentar e nas economias locais. Nosso governo também isentou itens básicos de alimentos do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e está considerando expandir essa isenção.

Apesar dessas medidas, uma parcela significativa da população ainda luta contra a fome diariamente. Isto, juntamente com o desperdício de alimentos, que representa quase um terço da produção anual de alimentos, e as crescentes pressões financeiras enfrentadas pelas famílias, ressalta a complexidade do desafio da segurança alimentar na África do Sul.

Vários fatores globais e locais contribuíram para o aumento da pressão sobre os preços dos alimentos, incluindo condições climáticas adversas, o impacto da pandemia da COVID-19 e políticas comerciais, como a proibição temporária de exportações de grãos dos principais países produtores de grãos.

Em resposta, o governo sul-africano introduziu o Plano Diretor de Agricultura e Agroprocessamento para melhorar a infraestrutura agrícola, expandir o acesso ao mercado e apoiar os pequenos agricultores, a fim de promover uma melhor integração na economia agrícola mais ampla.

O plano alcançou resultados tangíveis, como a criação de novos empregos e apoio a fazendeiros negros contratados para fins comerciais. Significativamente, este plano é o resultado da colaboração entre força de trabalho, governo, sociedade civil e indústria, visando promover crescimento inclusivo, competitividade, transformação, emprego e segurança alimentar.

Nossos comitês de supervisão parlamentar sobre agricultura têm sido essenciais para garantir a implementação efetiva deste plano diretor.

Concluindo, o papel dos paramentos do G20 é essencial na mitigação da fome



e da pobreza e na garantia da segurança alimentar. Por meio de ação colaborativa, supervisão e formulação de políticas, os parlamentos do G20 podem desempenhar um papel crucial na formação de um futuro mais equitativo e resiliente para todos.

Obrigada.

Documento 7/10

8.2024.B	Sessão Ordinária - CD	08/11/2024-11:12
Publ.: DCD - 11/9/2024 -	JAVIER MAROTO ARANZÁBAL--- ---	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

O Vice-Presidente da Câmara Alta do Parlamento da Espanha, discursou na 3ª Sessão de Trabalho da 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamentos do G20, com o tema "Os Parlamentos na construção de uma governança global adaptada aos desafios do século XXI". Destacou desafios globais como segurança energética, mudanças climáticas, terrorismo, economia digital e populismo. Defendeu diversificação energética e cooperação internacional para enfrentar crises climáticas e de segurança. Ressaltou a necessidade de atualizar sistemas tributários para incluir a economia digital e rejeitou a polarização entre globalismo e patriotismo, enfatizando a importância de regras globais para resolver desafios compartilhados. Concluiu com um apelo por união e cooperação para enfrentar crises globais como pandemias.

O SR. JAVIER MAROTO ARANZÁBAL (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Senhoras e senhores, um dos mais importantes desafios que nós temos é a segurança energética, especialmente o fornecimento de gás natural e petróleo aos nossos países. Depois que a Rússia cometeu uma agressão cruel e ilegal contra a Ucrânia, muitos países foram forçados a encontrar fontes de energia confiáveis e diversificadas.

Nós precisamos trabalhar juntos para investir em mais fontes renováveis e em soluções inovadoras que atendam as nossas demandas domésticas e apoiem um futuro sustentável.

A mudança climática é outra questão que requer uma preocupação comum. Desertificações, secas e padrões climáticos extremos estão ficando cada vez mais comuns, deslocando comunidades, interrompendo a agricultura e exacerbando a escassez de recursos. Senhoras e senhores, foi o que aconteceu na cidade de Porto Alegre, onde 183 pessoas morreram, e, infelizmente, foi o que vimos recentemente em nosso país, a Espanha, em Valência, onde 219



pessoas morreram.

Nós não podemos perder de vista outro grande desafio que vai além das fronteiras: o terrorismo. Nós precisamos confrontar o terrorismo em todas as suas formas, porque a ameaça está evoluindo e crescendo. Grupos terroristas exploram a governança fraca, recrutam populações vulneráveis e almejam áreas já desestabilizadas por dificuldades sociais e econômicas. Os ataques terroristas de 11 de setembro contra os Estados Unidos, o ataque terrorista de março de 2004 contra a Espanha e o último ataque de 7 de outubro contra Israel são exemplos do ódio transformado em terrorismo.

A principal divisão na política do século XXI não vai ser exatamente entre democracias e regimes totalitários, mas, sim, entre seres humanos e agentes não humanos. Um novo tipo de rede de informação está emergindo, controlado pelas decisões e metas da inteligência artificial.

Os acordos de informação por informação já estão aqui. Todos os dias, milhões de nós fazemos muitas transações com os grandes gigantes da tecnologia. Nós pegamos informações deles e nós os pagamos com informações. À medida que mais transações seguem esse modelo, a economia da informação cresce à custa da economia monetária.

Portanto, nós devemos desenvolver um novo sistema de impostos. Tributar apenas o dinheiro significa distorcer o quadro político e a economia. Algumas das entidades mais ricas dos países estão pagando zero imposto, porque a sua riqueza está em megabytes de dados, não em bilhões de dólares ou euros.

O meu último tópico é o populismo. Marine Le Pen, líder da Frente Nacional da França, disse: "*A separação não é mais entre a Esquerda e a Direita, mas entre os globalistas e os patriotas*". Em 2020, o Presidente Trump disse: "*Nós rejeitamos o globalismo e abraçamos o patriotismo*".

Por sorte, essa posição binária é um erro no seu pressuposto básico. A cooperação global e o patriotismo não são excludentes mutuamente. O patriotismo não tem a ver com odiar os estrangeiros; tem a ver com amar os nossos compatriotas. Há muitas situações em que, para conseguir cuidar dos nossos compatriotas, nós precisamos cooperar com os estrangeiros. A COVID-19 nos forneceu um exemplo muito óbvio disso. As pandemias são eventos globais. Sem cooperação global, é muito difícil contê-las, quanto menos preveni-las.

Ao contrário dos que os populistas argumentam, globalismo não significa abandono das lealdades nacionais ou abertura de fronteiras à imigração ilimitada. De fato, a cooperação global significa um compromisso com algumas regras globais. Essas regras não negam as características únicas de cada nação. Elas só regulam as relações entre as nações. Um bom modelo são as regras do futebol. O Brasil não pode jogar futebol contra a Espanha, a menos que os brasileiros e os espanhóis, primeiro, concordem com o mesmo



conjunto de regras para o jogo. Isso é o globalismo em ação.

Vamos ganhar essa partida juntos!

Muito obrigado.

Documento 8/10

193.2024	Sessão Ordinária - CD	12/11/2024-14:52
Publ.: DCD - 11/13/2024	Zucco-PL -RS	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Governo Federal, chamando atenção para uma matéria que relata a falta de vacinas em 11 Estados e no Distrito Federal, incluindo imunizantes contra doenças graves como COVID-19, meningite e HPV. Questionou se a Esquerda aplicará ao Presidente Lula o mesmo termo “genocida” usado contra adversários políticos em situações semelhantes, e cobrou a exoneração da Ministra da Saúde. Também apontou problemas econômicos, como o aumento do dólar e cortes de gastos, que atribuiu a uma gestão fiscal desordenada.

O SR. ZUCCO (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é impressionante a irresponsabilidade, a maldade, os crimes que são cometidos pelo Governo Federal. Não sou eu que estou dizendo isso, não. Há uma matéria do Metrôpoles cuja manchete é *Ministério da Saúde deixa vacinas faltarem em 11 Estados e no DF*. Espere aí! Quais vacinas? São vacinas contra COVID-19, meningite, pneumonia, HPV, sarampo, caxumba e várias outras doenças. Há um detalhe: a imprensa já denunciou que quase 11 milhões de vacinas foram incineradas.

Que governo é este? É um governo criminoso, que está deixando faltar vacinas. Eu quero saber se a Esquerda vai chamar o Sr. Presidente Lula de genocida. Ele está deixando faltar vacinas e incinerando outras. Quero saber se ele vai exonerar a Ministra da Saúde incompetente, a quem vamos amanhã, numa convocação, perguntar que gestão irresponsável e criminosa é essa.

O que foi dito na campanha era só teatro, Deputados, era só narrativa. A hipocrisia deste Governo Federal é gigante. O dólar está aumentando. Está havendo cortes de gastos. Por quê? Porque gastam demais, de forma irresponsável. Mas nós estamos atentos. Com certeza, essas fraudes e irresponsabilidades cada vez mais irão aparecer, e, conseqüentemente,



voltaremos em 2026. Aguardem-nos!

Documento 9/10

198.2024	Sessão Ordinária - CD	18/11/2024-21:24
Publ.: DCD - 11/19/2024 -	Professora Luciene Cavalcante-PSOL -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada denunciou a tentativa de aprovação arbitrária, em segunda votação, de uma reforma previdenciária na Câmara Municipal de São Roque (SP), por meio do Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2024, que autoriza o Município a realizar uma reforma previdenciária para confiscar direitos de todos os servidores públicos que recebem abaixo do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Destacou que servidores estão sendo perseguidos por protestar e pediu a retirada do projeto. Além disso, enfatizou a necessidade de o Congresso revogar o congelamento de 583 dias de trabalho dos servidores públicos durante a pandemia, ressaltando a injustiça e urgência do tema.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, público que nos acompanha, eu quero fazer uma grave denúncia a respeito do Município de São Roque, no Estado de São Paulo: amanhã, a Câmara Municipal vai colocar em pauta, de forma arbitrária, já para a segunda votação, o Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2024, que autoriza o Município a realizar uma reforma previdenciária que vai confiscar direitos de todos os trabalhadores servidores públicos que recebem abaixo do teto do INSS.

Isso é o aprofundamento e o desdobramento da reforma que aconteceu aqui nesta Casa em 2019, da Emenda Constitucional nº 103. Isso é um absurdo!

Os servidores, legitimamente, querem dialogar, estudar o tema, falar sobre esse PLC, que vai roubar — roubar! — quem já está aposentado, quem é pensionista, quem já recebe pouco. Isso vai atingir todas as categorias. Essas pessoas estão sendo perseguidas, ameaçadas. Isso é inadmissível!

Nós estamos acompanhando o que acontece no Município de São Roque e não vamos admitir nenhuma situação de perseguição e de violação de direitos fundamentais, como o direito de se opor, de fazer greve, de se manifestar, de exercer a liberdade, conforme está na nossa Constituição. Eu já officiei ao Presidente da Câmara Municipal, a fim de que retire da pauta esse projeto absurdo. Vamos seguir acompanhando.

Presidente, quero falar também da pauta mais urgente de todos os servidores



públicos deste País: a revogação do confisco de 583 dias trabalhados pelo conjunto dos servidores durante a pandemia.

Nós precisamos descongelar esse tempo de trabalho. Não é possível nós terminarmos este ano sem que este Plenário faça justiça ao conjunto de todos os servidores públicos deste País, que garantem todas as políticas essenciais: de educação, de saúde, de acesso à Justiça, de segurança. Esses servidores estão sendo penalizados, pois 583 dias foram roubados de suas vidas. Eles trabalharam todos esses dias, mas esse período não está sendo contado como tempo de trabalho. Isso é um absurdo! É preciso que esse tema seja apreciado aqui pelo Plenário.

"Descongela já!"

Presidente, eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado pelos meios de comunicação desta Casa.

Documento 10/10

211.2024	Sessão Ordinária - CD	27/11/2024-18:00
Publ.: DCD - 11/28/2024 -	Ivoneide Caetano-PT -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada destacou o sucesso do Programa Nacional de Imunizações (PNI), que aplica mais de 300 milhões de doses de vacinas anualmente e oferece 300 vacinas gratuitas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Elogiou a transparência do Ministério da Saúde ao retirar o sigilo sobre estoques e descartes de vacinas e celebrou a compra de 69 milhões de doses contra a COVID-19, com economia de R\$ 1 bilhão e abastecimento garantido por dois anos. Além disso, reiterou o compromisso do Governo Lula com a recuperação da cobertura vacinal e a promoção da saúde pública.

A SRA. IVONEIDE CAETANO (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Eu quero trazer, nesta tarde, para esta Casa informações sobre um dos maiores feitos do nosso Governo, o Governo do Presidente Lula, que é o Programa Nacional de Imunizações. O Brasil tem o maior programa de vacinação do mundo, com mais de 300 milhões de doses aplicadas anualmente. Esse é um feito extraordinário, que reflete o compromisso do nosso Sistema Único de Saúde — SUS por fornecer mais de 300 vacinas gratuitas à população brasileira.



Aproveito também, Sr. Presidente, para destacar a decisão acertada do Ministério da Saúde de tomar uma medida crucial para reforçar a transparência na gestão dos recursos públicos, retirando o sigilo dos estoques e descartes de vacinas. A sociedade agora tem acesso livre a essas informações, o que promove uma gestão mais aberta e mais transparente.

Recentemente, foi concluído um pregão para a compra de mais de 69 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19, garantindo o abastecimento por até 2 anos, com uma economia na ordem de 1 bilhão de reais.

Então, quero comemorar o compromisso deste Governo com a recuperação da cobertura vacinal do País, coisa que o Governo passado deixou a ver, deixou a desejar. E nós hoje estamos bastante felizes em ver a maneira eficiente e transparente como os recursos públicos têm sido aplicados para a população brasileira.

Aproveito para reiterar o apoio do nosso mandato à promoção da vacinação, pois ela é essencial para a saúde e o bem-estar de todos os brasileiros.

Sr. Presidente, peço que divulgue a minha fala pelos meios de comunicação desta Casa.

Obrigada.
